

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Documentação
fsp (mais!)
Fonte
Data 18/10/2001 Pg 20-21
Class. 196

+ ciência



Uma funerária de uma cultura amazônica ainda desconhecida representa um homem sentado; a posição é considerada fundamental para uma boa comunicação com o mundo dos espíritos

Um rosto para a Amazônia

Documentação	
Fonte	fsp (mais)
Data	18/11/2001 Pg 21
Class.	196

Catálogo da exposição "Unknown Amazon" (Amazônia Desconhecida), do Museu Britânico, faz síntese da arqueologia amazônica e de suas exuberantes cerâmicas

Claudio Angelo

editor-assistente de Ciência

Já houve um tempo, muitas luas atrás, em que tudo o que se sabia sobre os índios da Amazônia na pré-história era que eles representavam culturas da Idade da Pedra, arrancadas de seu berço esplêndido pela conquista européia no século 16. O ambiente pobre da selva, sem solos que suportassem uma agricultura intensiva, nem grandes bandos de animais que pudessem ser criados como gado, condenara os povos amazônicos desde sempre a sobreviver em pequenos grupos, numa integração perfeita com uma natureza maldraza.

Essa visão determinista ajudou a construir dois mitos: o de que o homem amazônico é e sempre foi o exemplo final do "bom selvagem" adaptado ao meio e o de que a floresta é um ambiente frágil a ponto de não suportar nenhum tipo de intervenção humana. Mas, por mais ecologicamente correta que seja, ela parece condenada.

O conceito começou a ruir na década de 80, quando pesquisas arqueológicas no Pará mostraram que as elaboradas cerâmicas pré-coloniais desenterradas sobretudo na ilha de Marajó e na região de Santarém eram produto local — e não resultado de migrações malsucedidas dos Andes, como se imaginava. Elas foram fabricadas por sociedades complexas que se desenvolveram ali mesmo e, a julgar pelas datações radiocarbônicas, "inventaram" a cerâmica antes da civilização andina.

A última flechada sobre o determinismo ambiental foi desferida no dia 26 de outubro, a milhares de quilômetros das matas paraenses. Nessa data foi lançado o livro "Unknown Amazon" (Amazônia Desconhecida), que acompanha a exposição de mesmo nome em cartaz até abril no Museu Britânico, em Londres.

Mais do que um catálogo de arte pré-histórica amazônica — o que já não seria nada mau —, o livro é a primeira grande síntese da arqueologia na região. Em 13 ensaios, que resumem os últimos 20 anos de pesquisas, arqueólogos da chamada "nova geração" fazem um manifesto em favor da complexidade social no passado indígena, destruída pela violência da conquista.

E vão além. A obra também usa o registro arqueológico (cerâmicas, artefatos de pedra, ossos humanos, tipos diferentes de solo e até carvão) para tentar contar a história dos povos que o produziram. Saber quem eram, como viviam e, eventualmente, por que se extinguíram.

O fim da cacologia Por incrível que pareça, essas informações simplesmente não aparecem nos estudos. "Os arqueólogos brasileiros só descobriam sítios e descreviam fases estilísticas e horizontes cerâmicos que ninguém sabia para que serviam", disse a Folha a arqueóloga Cristiana Barreto, curadora de exposições da fundação BrasilConnects (co-organizadora da exposição), que editou o livro com Colin McEwan, do Museu Britânico, e Eduardo Góes Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Essa arqueologia essencialmente descritiva, apelidada por alguns cientistas de "cacologia", dominou o panorama das pesquisas na Amazônia até a década de 80 por dois motivos. Primeiro, a umidade da selva e a brutalidade dos conquistadores não permitiram a preservação dos despojos das culturas pré-históricas. Quanto mais escasso o registro, mais difícil para o arqueólogo ligar lé com cré. E, depois, qualquer vaso decorado que aparecesse numa escavação, como as espetaculares urnas funerárias marajoaras, era imediatamente associado a uma migração fracassada de povos andinos — esses sim, civilizados — para a Amazônia.

Essa teoria foi elaborada nas décadas de 50 e 60 pela arqueóloga Betty Meggers, da Smithsonian Institution. Meggers, uma das maiores especialistas do mundo em pré-história sul-americana, veio escavar em Marajó numa época em que as sociedades indígenas do continente estavam divididas basicamente em Estados, como o Império Inca, nas terras altas dos Andes, cacicados (uma forma de organização intermediária entre o Estado e a tribo), no Caribe, e povos marginais, nas terras baixas — Amazônia inclusive. Convicta de que, na Amazônia, em se plantando nada dava, Meggers defendeu a floresta como palco para o surgimento de sociedades pequenas e igualitárias. Para ela, o modo de vida dos índios de hoje refletia o dos índios do passado, sem tirar nem pôr. Toda a produção cultural pré-histórica teria sido resultado de uma importação, diga-se de passagem, malsucedida.

O arcabouço teórico montado pela americana começou a despençar quando Anna Roosevelt, do Field Museum de Chicago, passou a escavar no Pará no começo dos anos 80. Ela encontrou no sambaqui de Taperinha, perto de Santarém, evidências de cerâmica de mais de 6.000 anos de idade, a mais antiga das Américas. Como o desenvolvimento da cerâmica geralmente está associado à agricultura e a assentamentos permanentes, Roosevelt supôs que a civilização sul-americana tivesse brotado na Amazônia e de alguma forma se espalhado até os Andes, onde atingiria sua maior complexidade.

Meggers acabou sendo acusada de imperialismo. "Negar sociedades complexas no passado é negar um futuro para um país subdesenvolvido e dependente dos EUA, como o Brasil", diz Barreto. Mas a arqueóloga tinha, provavelmente, uma outra visão da coisa. Esquerdistista, Meggers deu origem à chamada arqueologia social na América do Sul. "Ela defendia uma sociedade igualitária e o equilíbrio ecológico", diz Barreto. "Na cabeça dela, isso tinha uma implicação política forte."

Libertada do determinismo, a geração que continuou o trabalho de Anna Roosevelt pôde começar a tentar entender os antigos amazônicos e a tratá-los como culturas, não como meros estilos cerâmicos. Esse salto da descrição para a interpretação aparece em vários dos ensaios de "Unknown Amazon".

No capítulo destinado às urnas funerárias da virtualmente desconhecida cultura maracá, encontradas em cavernas no sudeste do Amapá, a arqueóloga Vera Guapindaia, do Museu Paraense Emílio Goeldi, descreve

descobertas feitas por ela mesma de nada menos que 13 sítios arqueológicos contendo os tais objetos. Cruzando dados arqueológicos com informações sobre os índios atuais, Guapindaia estabelece que aquele povo praticava um culto aos mortos comum nos Andes, mas praticamente inexistente na Amazônia atual. Não só isso: as mulheres importantes na comunidade recebiam o mesmo tratamento mortuário dos homens e as urnas contendo seus ossos eram misturadas às masculinas — outro ponto de descontinuidade entre os índios de antes de Cabral e os de hoje.

Tirando conclusões Em outro ensaio, sobre a cerâmica marajoara, a pesquisadora Denise Schaan, também do Museu Goeldi, usa a iconografia para identificar a estrutura social, as relações de poder e até a mitologia daquela civilização, que não deixou nada além de potes de barro e uns poucos ossos. Sintomaticamente, Schaan descreve Marajó como um cacicado, uma ousadia que, devido à ausência de provas finais, só Roosevelt havia cometido, em 1991.

Segundo Schaan, a presença frequente de determinados animais estilizados nos vasos marajoaras, como serpentes, lagartos, sapos e escorpiões, ao lado de formas humanas, sugere uma cosmologia onde "não há uma distinção clara entre natureza e cultura". Associando os desenhos a mitos pan-amazônicos, como a cobra grande (a serpente criadora do mundo), a arqueóloga escreve que, "nessa maneira de ver o mundo, os animais são tão sociais quanto os humanos, sendo humanos e animais parentes, e os humanos virando animais quando sonham".

A modificação da paisagem pela presença humana também é objeto de interpretação. Em um ensaio sobre as chamadas terras pretas amazônicas, Eduardo Neves e os americanos Michael Heckenberger e Jim Petersen traçam um panorama da expansão e do declínio das sociedades complexas amazônicas. Esse tipo de solo, formado por ocupações intensivas, teria começado a se formar a partir de 450 a.C., e durado até o século 10 d.C. A presença de camadas espessas de terra preta em diversos locais da calha do Amazonas sugere a existência de grandes aldeias no passado, que teriam resolvido o problema da escassez de alimentos para uma população grande por meio de uma combinação de pesca e plantio de mandioca. "Isso causou mudanças adicionais, que transformaram as sociedades ameríndias de 'tribos' igualitárias em 'cacicados' estratificados, com base nas evidências disponíveis, ao menos de acordo com alguns pesquisadores", escreve o trio.

Se as hipóteses propostas no livro serão confirmadas, reforçadas ou completamente refutadas por estudos posteriores é algo que não se sabe. Mas, ao propor um grau de desenvolvimento e ocupação da floresta ao mesmo tempo elevado e sustentável, a nova arqueologia amazônica resgata a identidade e o orgulho dos índios que sobreviveram ao encontro colonial. E denuncia o massacre de cinco séculos que fez com que a arte indígena virasse peça de museu.